

**VI Colóquio Internacional**

**“Educação e Contemporaneidade”**



**São Cristovão-SE/Brasil  
20 a 22 de setembro de 2012**

## **RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU-SE.**

**DANILO ARAUJO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

### **EIXO TEMÁTICO: Educação, Sexualidade e Direitos Humanos**

#### **RESUMO**

Este texto é o resultado da pesquisa de campo realizada em escolas municipais que oferecem Educação Infantil em Aracaju-SE, a partir dos dados apresentados vinculou-se a discussão conceitual da categoria “gênero” nesse nível de ensino. Mesmo sendo a partir do movimento feminista que a discussão de gênero tenha ganhado força, as análises aqui expostas abrangem os homens também, uma vez que o tema abordado surgiu a partir de uma proposta em que o objetivo maior seria discutir direitos humanos nas relações de gênero. A presença do homem no ensino primário como docente possibilita questionar a visão de que é natural a predominância das mulheres nesse espaço. É apresentado assim mais um estudo colaborador da discussão do tema gênero, considerando masculinidade e feminilidade no ensino de crianças.

Palavras-chave: Gênero, Educação Infantil, Direitos humanos.

#### **ABSTRACT**

This text is the result of the field research made in municipal schools that offer childhood Education in Aracaju, Sergipe, based on the data presented, related the conceitual discussion of the category "gender" in this level of education. Even though starting from the feminist movement that the discussion of the gender had become stronger, the analyses here showed the men inclusion too, since that the subject discussed started from a propose where the major objective would be discuss human laws related to the gender. The presence of men in childhood education as a teacher allow us to question the idea that is natural the majority of women in this area. So, it is presented now one more study that colaborates with the discussion of the gender subject, considering masculinity and feminility during the children's education.

---

<sup>1</sup> Graduando em Letras Português-Inglês – Faculdade Atlântico – danilodinamarques@hotmail.com

Keywords: Gender, Childhood Education, Human laws.

## INTRODUÇÃO

Entende-se que há uma distinção entre sexo e gênero, sexo é o biológico do ser, as características físicas do homem e da mulher, para gênero a definição compreende a construção social, cultural e histórica.

O que a sociedade impõe que seja próprio do homem, ou que seja próprio da mulher? Até que ponto isso influencia o campo da Educação? Essas são discussões que serão aprofundadas neste trabalho. Sabe-se que o conhecimento foi historicamente difundido pelos homens, que sempre foram valorizados nas suas atividades. A inserção das mulheres na educação é marcada por uma atividade que é caracterizada como uma extensão do lar, que exige dela seu lado maternal e que é fácil de ser executada. Mas mesmo assim foi uma forma de começar a exigir sua presença nos espaços públicos.

As mulheres estão marcando presença nos diversos espaços da sociedade, cada vez mais fortes os movimentos feministas têm proporcionado conquistas para elas. Onde predominava a presença masculina, hoje é possível encontrar mulheres até mesmo como chefes. Mas o que pode acontecer quando os homens buscam encontrar espaço nos lugares que elas conquistaram e estes são caracterizados como predominantemente femininos?

A presente análise tem como objetivo discutir essa questão, considerando a presença do homem enquanto professor e profissional de educação infantil. A necessidade dos estudos em gênero nesse aspecto é questionar as construções de masculinidade e feminilidade encontradas no universo da educação primária.

Devido ao processo histórico e a outros fatores que serão apresentados neste artigo, é perceptível o poder das mulheres como docentes de educação infantil. Desconstruir a visão da sociedade de que a docência no ensino primário é uma atividade feminina, é algo que rompe com a hierarquia imposta pelas relações de gênero e proporciona uma oportunidade de discutir igualdade nos espaços educacionais, descentralizando as ações e pensamentos baseados unicamente no corpo. Ou seja, as ações que se espera de um ser considerando apenas o seu biológico.

Como se trata de crianças pequenas que exigem cuidado e atenção maior, e isso é associado à mãe, a professora recebe essa responsabilidade por ser mulher também, mas o pai pode garantir essas exigências, sem deixar de educar. As diversas formações da família moderna e outros fatores colaboram para existência de um pai ausente. A presença desse professor tem a tendência de ser um referencial masculino para essas crianças. Se as mulheres podem exercer o lado maternal, por que não pode existir o lado paternal na Educação Infantil? Mas isso não centraliza a importância do homem como docente nesse nível de ensino, pois mesmo sendo ensino primário, as crianças têm que se desenvolver integralmente. Abranger o lado biológico, psicológico, social, cultural e educacional da criança, através das atividades na creche e da pré-escola é indispensável para um desenvolvimento saudável dos pequenos, isso pode ser intermediado independente do profissional, seja ele masculino ou feminino.

Quando se pensa em Educação Infantil, normalmente imagina-se uma sala de aula com crianças pequenas e uma professora. Através do imaginário, pode-se até ousar dizer que o pensamento de um professor do sexo masculino na Educação Infantil não aparece. O “natural” é ter mulheres como professora.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju-SE, em 2011, em toda a Rede de Educação Infantil que é formada por 46 escolas, apenas há 3 professores do sexo masculino, sendo que 2 estão como coordenadores e 1 em exercício como professor de uma turma para alunos de 5 anos de idade.

Esses dados concretizam o pensamento citado anteriormente e levantam a questão sobre a predominância “natural” de mulheres como docentes de Educação Infantil. Será esse um papel meramente feminino?

Carrinho é brinquedo de menino, boneca é para meninas, elas devem ser frágeis, não devem brigar na escola, eles são mais ativos, têm mau comportamento e não são organizados, meninos devem brincar com meninos e meninas devem brincar com meninas. Espera-se encontrar essas características como modelo no comportamento de meninos e meninas, qualquer tropeço nesse padrão, seria sinal de alerta de inversão de atitudes.

Essa discussão nos remete a falar sobre relações de gênero.

O gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas sobre o corpo, e de destacar o caráter relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade, isto é, mulheres e homens passam a ser definidos em termos recíprocos. Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas. (VIANNA e RIDENTI apud Leite, 2007, p. 1).

Considerando as relações de gênero no ambiente escolar da Educação Infantil que apresenta a dualidade do cuidar e educar, o assistencialismo ainda acaba predominando nesse nível de ensino, “e esse aspecto acaba justificando a predominância de mulheres à medida que os estereótipos que são atribuídos a elas se relacionam à habilidade natural para o cuidado com as crianças. (CARVALHO apud Oriani 2011, p. 10).

A coordenadora de Educação Infantil da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Aracaju-SE) M.J.B.A.R. expõe sua opinião sobre o assunto, afirmando que:

“quanto mais a necessidade de cuidado específico tenha, mais habilidade as mulheres tem. Trocar fraldas, dar banho, fazer carinho pra dar comida, eu acho que essa é uma característica das mulheres. Os homens podem ter essa habilidade e alguns lógico que tem. Mas isso acho que seja que a sociedade mesmo que colocou esse preconceito.”<sup>2</sup>

Os estudos sobre masculinidades e feminilidades na perspectiva de gênero permitem perceber que a sociedade impõe o que é próprio do homem e da mulher. A partir dessa percepção, compreende-se que os valores culturais estabelecidos influenciam diretamente o ambiente infantil escolar. A opinião da coordenadora citada anteriormente esclarece essa análise.

Para Saparolli (1996), a Educação Infantil sempre se constitui em um gueto feminino no que se refere à docência. Sayão usa o termo “empoderamento” (empowerment) (2005, p.189) para caracterizar o acúmulo de saberes e experiências sobre os cuidados dessas mulheres com as crianças, a partir desse vocábulo apresenta uma possível justificativa para a “aposta no fracasso masculino”.

A concretude desse fracasso é a naturalização de um espaço predominantemente feminino, é o olhar estranho da família e até mesmo a não aceitação de um professor masculino para seus filhos. Isto fortalece o poder das mulheres nesse nível de ensino e impede que a igualdade de direitos seja garantida e até mesmo gera preconceitos.

Ao proporcionar que o homem vivencie essa experiência, as escolas estão assegurando os direitos iguais entre todos e permitindo que as crianças tenham experiências diferenciadas que podem ser satisfatórias, tanto para a criança como para o professor, envolvendo a família e a comunidade através de reuniões que estimulem a conscientização sobre a importância da presença desse professor como instrumento contra o preconceito.

---

<sup>2</sup> Informação fornecida pela Coordenadora de Educação Infantil de Aracaju-SE Maria José, durante visita a Secretaria de Educação de Aracaju.

Mas socialmente o “empoderamento” feminino ainda é aceito visto que o vínculo entre maternagem e Educação Infantil é estreito. O vocábulo **maternagem** é uma tentativa de tradução para a Língua Portuguesa da palavra inglesa *mothering*. Ela tenta articular os aspectos socioculturais da maternidade com as dimensões biológicas da reprodução. Para entender melhor esse termo é necessário falarmos do conceito de Patriarcado “entendido como um processo de síntese de princípios enraizados em uma estrutura social complexa, baseada no “modo familiar de produção”. (CHAMON, 2005, p. 26).

Embora o patriarcado seja uma forma de pensamento e ação implantada em um contexto cultural amplo, sua primeira localização ocorre no interior da família e envolve o poder masculino sobre a dependência feminina que é sustentada e mantida pela divisão do trabalho no interior de casa. Ao assumir as tarefas, a mulher fica limitada para aquisição de outras habilidades, capazes de torná-las economicamente independente. (CHAMON, 2005, p.26).

Historicamente, a educação das crianças era de responsabilidade exclusiva da família baseada no sistema patriarcal. A partir do nascimento da indústria moderna essa estrutura passa por modificações, pois as fábricas começaram a abrir espaço para as mulheres, que mesmo em condições precárias se sujeitavam aos serviços oferecidos. Esta era uma chance de sair do ambiente doméstico até então imposto a elas, para um ambiente público.

Com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação-exploração sobre a mulher. Assim, podemos afirmar que o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal. (SAFFIOTI apud SANTOS e OLIVEIRA, 2010, p. 14)

Aquelas que não optaram pelo trabalho na indústria, vendiam seus serviços abrigando e cuidando dos filhos de outras mulheres. Com a crescente demanda de mão de obra nas fábricas, aumentou também o número de crianças sem a presença de mãe, exigindo assim um espaço mais formal para esse tipo de atendimento. Sem uma proposta instrucional formal, as mulheres voluntárias da comunidade exerciam atividades de canto e de memorização e outras relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento.

Estava aberto um novo espaço de trabalho para as mulheres, uma extensão das atividades do lar, entretanto com tantas crianças para darem conta em uma estrutura precária,

os castigos eram a saída para tornar as crianças mais “comportadas” e facilitar o trabalho. Preocupadas em sobreviver, as famílias pobres começaram a aceitar esses maus tratos.

Somente depois, na Europa e Estados Unidos, surgem as instituições que tinham como objetivo cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho. No Brasil, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, tanto que o “[...] o problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família” (DIDONET, apud Paschoal e Machado, 2009, p. 82).

Apesar de ser uma importante conquista de movimento das operárias, as creches continuaram a existir sem regulamentação por um longo período, tendo como início o processo o regulamento no âmbito da legislação somente em 1988 através da Carta Constitucional, reconhecendo o direito à educação das crianças. Logo após, em 1990, é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente e nos anos seguintes documentos que visam à melhoria do atendimento da educação infantil.

Percebemos assim que a Educação Infantil apresenta-se através de seu histórico como uma extensão à atividade do lar, sem instrução formal, de caráter essencialmente assistencialista.

O contexto atual das relações de gênero é composto pela intrínseca relação entre o patriarcado e o capitalismo, sendo que neste se apropria das “estruturas simbólicas” e das “condições objetivas” do primeiro, proporcionando a afirmação da “trajetória patriarcal-capitalista” do sistema de gênero. (SILVA apud Santos e Oliveira, 2010, p. 14).

Os estereótipos que elegem a mulher como ideal para atuar na educação infantil e a estabilidade atribuída a elas através de um papel feminino, são assim também uma sujeição ao modelo de opressão, vista do ponto de vista histórico do patriarcalismo.

Mesmo com toda supremacia feminina na educação infantil, desde o processo histórico do magistério, citado anteriormente até os dias de hoje, existem aqueles homens que optam por desvendar esse universo e acabam descobrindo que direitos iguais podem ser garantidos também na primeira etapa da educação.

Trata-se, portanto de algo inédito no histórico das reivindicações. Ter mulheres questionando e exigindo sua presença nas diversas áreas que são predominantemente próprias do homem é algo fácil de encontrar, mas então surgem homens que estão buscando espaço onde elas dominam.

Exemplo disso é o professor JCSD da rede municipal de educação de Aracaju-SE que escolheu trabalhar com crianças por um acaso e acabou gostando. Há 27 anos como docente de Educação Infantil, ele afirma que deve se aposentar em agosto de 2014, mas pretende dedicar seus últimos anos de trabalho a mesma profissão.

Ele conta que no início houve questionamento dos pais dos alunos em relação ao seu trabalho para a direção da escola, mas com o tempo os pais foram aceitando, já ensinando aos filhos de ex-alunos e tendo a preferência desses pais por seu trabalho, hoje o único trabalho é dar conta das crianças, para ele uma atividade prazerosa.

Entre as histórias que são apresentadas nos artigos pesquisados, percebemos que esse é um acontecimento comum, ao que chamamos de Rituais de passagem.

Os primeiros momentos dos professores e sua chegada na Educação Infantil conformam uma espécie de Ritual de Passagem que demarca, muitas vezes, sua continuidade na profissão ou a busca por alternativas por meio da mudança do projeto profissional inicial. (SAYÃO, 2005, p. 65).

É o processo que se inicia na chegada do professor homem na escola para exercer suas funções na turma de crianças pequenas, em que ele é submetido ao desafio de conquistar a confiança não só dos pais, mas da família, dos funcionários da escola e da comunidade.

Trata-se de um ritual, pois são ações e comportamentos que devem ser contínuos e apresentar resultados satisfatórios, espera-se que ele mostre habilidades com o cuidado das crianças, atenção ao desenvolver as atividades e também o carinho aos pequenos.

O relacionamento do professor com as crianças é algo determinante para sua permanência. Para aqueles que vão passar por essa experiência o docente JCSD dá a dica como aprendeu a se relacionar com as crianças: “Aprendi observando o comportamento de cada um, né? O relacionamento. Criança quer que o professor se integre a ela. Quando se tem

o professor que participa com ela, você trabalha tranquilo, agora você tem que está lá, na brincadeira”.<sup>3</sup>

A presença masculina como docente na Educação Infantil, remete também a associação desse homem à figura de pai. Sabe-se que na família moderna, as formações são diversas, encontrar mães solteiras, pais ausentes, crianças criadas pela avó é algo comum. Então esse professor é fantasiado como pai pelas crianças.

Ele educa, cuida, dá carinho, atenção, é o pai ideal. É uma substituição daquele pai ausente que sempre se esperou ter em casa e agora pode-se encontrar na escola. O professor passa a ser uma referência masculina para essas crianças. Percebemos assim que mesmo tendo o lado profissional, a afetividade tem forte influencia no cotidiano da creche e da pré-escola.

Espera-se que o homem corresponda ao que seu corpo representa para a sociedade, que tenha virilidade e mantenha os padrões e isso tem um preço para aqueles que optam pelo desafio de escolher uma profissão em que as atividades desenvolvidas são vistas como femininas. Desconstruir preconceitos, enfrentar as desigualdades que as hierarquias das relações de gênero impõem, é uma experiência desse profissional.

A instituição escolar tem o papel de proporcionar a democracia e sendo assim abrir as portas e apoiar o professor masculino para Educação Infantil é resistir a desigualdade e mostrar que este é um espaço para todos aqueles que amam educação e tem objetivo maior proporcionar um ensino de qualidade, que não deixe de lado o campo afetivo, mesmo que a maior referência em uma sala de aula seja idealizado como um pai, pois pai também educa, cuida, protege, dá carinho e tem habilidade para cuidar de crianças, é o que se espera de uma educadora ou educador de crianças.

---

<sup>3</sup> Informação fornecida pelo professor de Educação Infantil de Aracaju-SE JCSD, durante entrevista para pesquisa.

## CONCLUSÃO

Pensar masculinidade e feminilidade sobre a análise das relações de gênero é desconstruir conceitos fixados apenas no biológico do ser e ampliar o entendimento acerca da construção da identidade do homem da mulher em seus diversos aspectos. Compreendemos assim que o estudo das relações de gênero não é somente relativo às mulheres, possibilita refletir como a sociedade impõe alguns comportamentos específicos para o homem e para mulher, entre outras funcionalidades.

Através deste artigo foi possível discutir relações de gênero no espaço escolar da Educação Infantil, analisando aspectos de masculinidade e feminilidade atribuídos ao docente desse nível de ensino. A presença predominante da mulher nessa profissão não é simplesmente algo natural. O poder atribuído a elas como professoras de crianças foi construído historicamente e o patriarcalismo teve forte influência.

O surgimento das creches, como um espaço para cuidado de crianças e uma atividade de extensão do lar, fez com que fosse atribuído como um exercício para mulheres. Alguns conceitos foram fortalecidos, e ser mulher ainda é o pré-requisito básico para ser docente de Educação Infantil, pois para a sociedade elas têm mais habilidade para cuidar, dar carinho e educar os pequenos.

Acontece que a escola é uma prova que existe espaço para mudança, e para melhor. Pois é na educação que a democracia começa e a igualdade é refletida como uma possibilidade. O homem também pode ser professor de crianças e ter habilidade para cuidar e todas as outras tarefas que são exigidas ainda que para isso ele tenha que vencer preconceitos hierarquizados.

## REFERÊNCIA

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Revista Serv. Soc., Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan/jun. 2001.

CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Chicago, Illinois, 24-26 set. 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/PintodeCarvalho.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2011.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério do magistério:** ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FHC-FUMEC, 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Pequena infância, educação e gênero:** subsídios para um estado da arte. Cadernos pagu. São Paulo: 2006, p. 279-287. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30394.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **Mudanças e permanências:** um olhar antropológico sobre as relações de gênero na cultura brasileira. Estudos Feministas. Florianópolis. 2006, p. 558- 560.

LEITE, Eliane Pisani. **Educação Infantil: Professores ou Professoras?** 2003. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniaopiniaopinia.asp?entrID=82>> Acesso em: 05 mar. 2011.

ORIANI, Valéria Pall. **Direitos humanos e gênero na educação infantil:** concepções e práticas pedagógicas. Dissertação como requisito parcial para título de mestre em Educação – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília, 2011.

ORIANI, Valeria Pall; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Reflexões sobre direitos humanos e gênero na educação infantil.** Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/encontro/TRABALHOS/trabalhocompletosRodrigo/PDF/008.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da Educação no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista Histedbr On-line. Campinas, 2009, p. 78-95. Disponível em: <[http://www.histedbr.fal.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05\\_33.pdf](http://www.histedbr.fal.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)> Acesso em: 03 abr. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.** Revista Katál. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan/jun. 2010.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. **A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis.** Psicologia da educação: revista do Programa de estudos pós-graduados em Psicologia da educação. São Paulo: EDUC, n. 6, 1997, p. 107-205.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** Florianópolis: 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/tesdebor.html>> Acesso em: 25 jun. 2011.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrili. **Diferenças entre homens e mulheres traduzidas em desigualdades nas relações de gênero.** Revista Katál, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 09-10, jan/jun. 2010.

WALTZER, Lucas Bohrer. **Relações de gênero: representações dos alunos sobre o trabalho docente masculino.** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.infoeducativa.com.br/index.asp?page=artigo&id=277>>. Acesso em: 27 jun. 2011.